AO JUÍZO DA VARA DE FAMÍLIA, ÓRFÃOS E SUCESSÕES DA CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA DE XXXXXXXXX

ALVARÁ JUDICIAL

visando à alteração de número de conta bancária para fins de recebimento de Pensão Alimentícia, depositada mensalmente por seu genitor em nome de XXXX, mãe da Requerente, passando a aduzir as razões que seguem:

A Requerente é filha de Fulano de tal, como faz prova com certidão de nascimento em anexo.

Em acordo celebrado entre as partes e homologado por este juízo nos autos de número 4.568/88 restou determinado o pagamento de 7,5% dos rendimentos brutos do pai, à sua filha, os quais desde então vem sendo depositados pela Câmara dos Deputados na conta-corrente da genitora da Requerente.

Ainda, a Requerente tentou junto ao juízo da Vara Cível na qual foram fixados os alimentos modificar a conta para recebimento dos alimentos, ou seja, que fosse oficiado ao Departamento de Pessoal da Câmara dos Deputados para alterar referida conta, de modo que os alimentos devidos a Requerente passassem a ser depositados em conta de sua titularidade e não mais de sua genitora.

Contudo, o juízo da Vara Cível entendeu que se tratava de pedido a ser resolvido na esfera da Vara de Família, haja vista que não detém mais competência para tanto, com a criação das Varas de Família de XXXXXX.

Como se vê Excelência, a Requerente, por ser maior, tem o pleno direito de passar a receber os alimentos de seu genitor diretamente na sua conta-corrente.

ANTE O EXPOSTO, REQUER-SE:

a) sejam concedidos os benefícios da justiça gratuita, nos termos do art.
98, do CPC;

b) seja julgado procedente o pedido para, por sentença, seja expedido ofício ao Departamento de Pessoal da Câmara dos Deputados, com endereço no XXXXXXXXXXXXXXXXX - XX - CEP XXXXXXXX, para proceder a alteração na conta para recebimento da pensão alimentíciado ex-servidor Fulano de tal devida a Requerente, onde os alimentos em questão deverão serem depositados na conta XXXX , agência, XXXXX, Banco do XXXXX;

Protesta provar o alegado por todos os meios de provas em direito admitidos, máxime pela documentação que instrui a presente.

Valor da causa: R\$ XXXXXX

Nesses termos, pede deferimento.

XXXXXXXX, XX/XX/XX XX:XX:XX

Fulana de tal *Requerente*

Fulano de tal

Colaboradora -

Fulano de tal Defensor Público